

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

ANO LI - Nº 179

QUARTA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 1996

BRASÍLIA-DF

<p><b>MESA</b>  <b>Presidente</b>  José Samey – PMDB – AP</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b>  Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b>  Júlio Campos – PFL – MT</p> <p><b>1º Secretário</b>  Odacir Soares – PFL – RO</p> <p><b>2º Secretário</b>  Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p><b>3º Secretário</b>  Levy Dias – PPB – MS</p> <p><b>4º Secretário</b>  Emandes Amorim – PMDB – RO</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b>  Antônio Carlos Valadares – PSB – SE  Eduardo Suplicy – PT – SP  Ney Suassuna – PMDB – PB  Emília Fernandes – PTB – RS</p> <p><b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b>  <b>Corregedor</b>  (Eleito em 16-3-95)  Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p><b>Corregedores – Substitutos</b>  (Eleitos em 16-3-95)  1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS  2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE  3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p><b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b>  (Designação: 16 e 23-11-95)  Nabor Júnior – PMDB – AC  Waldeck Ornelas – PFL – BA  Emília Fernandes – PTB – RS  José Ignácio Ferreira – PSDB – ES  Lauro Campos – PT – DF</p>	<p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>Líder</b>  Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p><b>Vice-Líderes</b>  José Roberto Arruda – PSDB – DF  Wilson Kleinübing – PFL – SC  Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p><b>LIDERANÇA DO PMDB</b></p> <p><b>Líder</b>  Jáder Barbalho</p> <p><b>Vice-Líderes</b>  Ronaldo Cunha Lima  Nabor Júnior  Gerson Camata  Carlos Bezerra  Ney Suassuna  Gilvam Borges  Fernando Bezerra  Gilberto Miranda</p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL</b></p> <p><b>Líder</b>  Hugo Napoleão</p> <p><b>Vice-Líderes</b>  Edison Lobão  Francelino Pereira  Joel de Holanda  Romero Jucá</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSDB</b></p> <p><b>Líder</b>  Sérgio Machado</p> <p><b>Vice-Líderes</b>  Geraldo Melo  José Ignácio Ferreira  Lúcio Coelho</p>	<p><b>LIDERANÇA DO PPB</b></p> <p><b>Líder</b>  Epitácio Cafeteira</p> <p><b>Vice-Líder</b>  Esperidião Amin</p> <p><b>LIDERANÇA DO PT</b></p> <p><b>Líder</b>  José Eduardo Dutra</p> <p><b>Vice-Líder</b>  Benedita da Silva</p> <p><b>LIDERANÇA DO PTB</b></p> <p><b>Líder</b>  Valmir Campelo</p> <p><b>Vice-Líder</b></p> <p><b>LIDERANÇA DO PDT</b></p> <p><b>Líder</b>  Júlia Marise</p> <p><b>Vice-Líder</b>  Sebastião Rocha</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSB</b></p> <p><b>Líder</b>  Ademir Andrade</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPS</b></p> <p><b>Líder</b>  Roberto Freire</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSL</b></p> <p><b>Líder</b>  Romeu Tuma</p>
---	---	--

<p><b>EXPEDIENTE</b></p>		
AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal	RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal	<b>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</b>  Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)
CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf	MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata	
JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf	DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Telegrafia	

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 155ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 24 DE SETEMBRO DE 1996

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo regimental, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1996, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Caracará, no Estado de Roraima. .... 16368

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1511-2, em 19 de setembro de 1996 e publicada no dia 20 do mesmo mês e ano, que dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.... 16368

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.518, em 19 de setembro de 1996 e publicada no dia 20 do mesmo mês e ano, que altera a legislação que rege o salário-educação, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria..... 16368

Recebimento de expediente do Vice-Presidente da Comissão Permanente de Relações Internacionais da Assembléia Nacional da República de Cuba, solicitando a indicação de parlamentares para participarem de reuniões de comissões permanentes daquela Assembléia, a realizarem-se nos dias 18 e 19 de outubro próximo. (Diversos nº 82, de 1996). .... 16369

##### 1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR LAURO CAMPOS – Comentando entrevista publicada pela imprensa em que o Ministro Sepúlveda Pertence, Presidente do Supremo Tribunal Federal, reafirma os equívocos da elite brasileira..... 16369

SENADOR NEY SUASSUNA – Extinção de empresas públicas pelo governo federal para combater o déficit público..... 16372

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – Nota oficial do Partido dos Trabalhadores sobre a espionagem política envolvendo a chamada P2, o Serviço Secreto da Polícia Militar, em Brasília. . 16377

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Desemprego. Apelo ao Presidente da República e ao Ministro do Trabalho para que sejam adotadas providências urgentes e práticas, que contribuam para desburocratizar e operacionalizar o seguro-desemprego. .... 16378

SENADOR JOEL DE HOLLANDA – Quarenta anos de fundação do Colégio Santa Maria, do Recife-PE..... 16381

SENADOR FREITAS NETO – Satisfação de S.Exa. com o início da implantação, através da Chesf, de uma linha de transmissão que resolverá o problema de suprimento de energia elétrica no sul do Estado do Piauí, autorizada pelo Ministro Raimundo Brito durante recente visita ao Município de São João do Piauí. Ressaltando a ação da empresa estadual de telecomunicações, Telepisa, que este ano está investindo na ampliação do sistema de transmissão DDD, DDI e telefones automáticos. .... 16382

##### 1.2.3 – Requerimento

Nº 945, de 1996, de autoria do Senador Osmar Dias e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de 16 de outubro próximo, seja destinado à comemoração dos cinquenta anos de instituição do Comitê de Imprensa do Senado Federal. .... 16382

##### 1.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 204, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que proíbe a comercialização de armas de brinquedo que disparem projéteis por pressão e das que imitem armas verdadeiras, e dá outras providências. .... 16383

##### 1.2.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR VALMIR CAMPELO – Homenagem de pesar pelo falecimento do comerciante e líder comunitário João Antônio Nugoli, ocorrido em trágico acidente de trânsito na rodovia BR-060, nas proximidades de Samambaia-DF. .... 16384

SENADOR GILBERTO MIRANDA – Resposta do Ministério da Educação e Cultura ao Requerimento nº 564/96, de sua autoria, relativo ao projeto de informatização escolar, que pretende distribuir microcomputadores para escolas públicas, a um custo estimado em meio bilhão de dólares. .... 16385

##### 1.3 – ENCERRAMENTO

##### 2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 148, de 1994 (Apostila) ..... 16386

Nº 1.124, de 1996 ..... 16386

##### 3 – MESA DIRETORA

##### 4 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

##### 5 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

##### 6 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

##### 7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

##### 8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

##### 9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

## Ata da 155ª Sessão Não Deliberativa em 24 de setembro de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura  
Presidência dos Srs.: Júlio Campos, Ney Suassuna e Joel de Hollanda  
(Inicia-se a sessão às 14h30min)

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – Declara aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 89, de 1996, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal de Caracará, no Estado de Roraima.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.511-2, adotada em 19 de setembro de 1996 e publicada no dia 20 do mesmo mês e ano, que "dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na Região Norte e na parte norte da Região Centro-Oeste, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

### SENADORES

Titulares		Suplentes
Jáder Barbalho	PMDB	Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
Bernardo Cabral	PFL	Romero Jucá
Odaírl Soares		Jonas Pinheiro
Lúdio Coelho	PSDB	Jefferson Peres
Darcy Ribeiro	PDT	Sebastião Rocha
Marina Silva	PT	Benedita da Silva

### DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Rogério Silva	Murilo Pinheiro
Osmir Lima	Maria Valadão
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)	
Elton Rohmelt	Oscar Andrade
Bloco (PPB/PL)	
Silvernani Santos	Gerson Peres
PSDB	
Celso Russomanno	Luiz Fernando
PDT	
Matheus Schmidt	Sílvio Abreu
PSB	
Gervásio Oliveira	Raquel Capiberibe

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 24-9-96 – designação da Comissão Mista;

Dia 25-9-96 – instalação da Comissão Mista;

Até 25-9-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 4-10-96 – prazo final da Comissão Mista;

Até 19-10-96 – prazo no Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Ney Suassuna) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.518, adotada em 19 de setembro de 1996 e publicada no dia 20 do mesmo mês e ano, que "altera a legislação que rege o salário-educação, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

### SENADORES

Titulares	Suplentes
PMDB	
Jáder Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
PFL	
Waldeck Ornelas	José Bianco

Francelino Pereira	PSDB	Romero Jucá
Artur da Távola	PTB	Coutinho Jorge
Emília Fernandes	PSB	Regina Assumpção
Ademir Andrade		Antonio Carlos Valadares

**DEPUTADOS**

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PTB)	
Oswaldo Coelho	Werner Wanderer
Paes Landim	Marilu Guimarães
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PSC)	
Michel Temer	Geddel Vieira Lima
Bloco (PPB/PL)	
Odelmo Leão	Gerson Peres
PSDB	
Ubiratan Aguiar	Alexandre Santos
PC do B	
Sérgio Miranda	Aldo Rebelo
PPS	
Augusto Carvalho	Sérgio Arouca

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 24-9-96 – designação da Comissão Mista;

Dia 25-9-96 – instalação da Comissão Mista;

Até 25-9-96 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 4-10-96 – prazo final da Comissão Mista;

Até 19-10-96 – prazo no Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** - Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** - A Presidência recebeu expediente do Vice-Presidente da Comissão Permanente de Relações Internacionais da Assembléia Nacional da República de Cuba, solicitando a indicação de parlamentares para participarem de reuniões de comissões permanentes daquela Assembléia, a realizarem-se nos dias 18 e 19 de outubro próximo. (Diversos nº 82, de 1996).

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna)** - Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

**O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF)** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Ministro Sepúlveda Pertence, do Supremo Tribunal Federal, em

entrevista amplamente divulgada pela Imprensa, reafirma a burrice de nossas elites.

Nossas elites são burras! E o preclaro Ministro, consciente e conhecedor da sociedade em que nasceu e viveu, revela a nitidez, a clarividência de suas opiniões. Trata-se quase de uma sentença do Supremo Tribunal as palavras proferidas pelo eminente Ministro, até há pouco, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Mas S. Ex<sup>a</sup> não é original. Eugênio Gudin, por exemplo, tio de Mário Henrique Simonsen, que desde a década de 40, apesar de engenheiro, foi um influente economista no Brasil, combatia o excesso de estímulos, de incentivos, combatia a abertura escancarada de Juscelino Kubitschek para o capital estrangeiro; Eugênio Gudin, que esteve ligado à Light durante toda a sua vida e a outras empresas estrangeiras, criticava Juscelino Kubitschek. Ele escreveu um artigo na Revista Brasileira de Economia, em que mostra que o Brasil fornecia um dólar seu para cada dólar que entrava no País. Eugênio Gudin suportou e apolou, com exceção desse aspecto do Governo Kubitschek, os governos subsequentes.

Ao atingir a provecta idade de 92 anos, o Professor e Ministro Eugênio Gudin, a respeito do grupo que comandava a economia brasileira e o Poder no Brasil, afirmou: "Eles são burros e loucos" - referiu-se inclusive ao seu ilustre sobrinho Mário Henrique Simonsen. Portanto, não somos nós da Oposição que pretendemos adjetivar o Governo, adjetivar essa burocracia, essa "burrocracia" nacional, em resposta às acusações feitas por FHC e, há poucos dias, pelo Diretor Gustavo Franco do Banco Central, chamando ambos as esquerdas brasileiras de esquerdas burras.

Fernando Henrique Cardoso demonstrou que, dentro das suas prioridades éticas, a esquerda inteligente era aquela que havia mudado de cabeça, mudado de face, colocado a máscara do FMI, passado a defender interesses externos, a sucatear a economia brasileira, a desempregar trabalhadores, a demitir funcionários públicos, a retirar os direitos e as garantias constitucionais adquiridas pelo povo sofrido, a não gastar, senão 19%, com a infância, como demonstrou o Tribunal de Contas da União, a permitir que fosse cada vez mais marginalizada a terceira idade no Brasil. Diante disso, Sua Excelência, que galgou poder com essas formas e por esses métodos, escadas e caminhos, que trilhou o caminho da servidão ao capital e aos interesses do FMI, investe no Brasil R\$1,4 bilhão, e pressurosamente telefona do Chile para o Presidente Clinton avisando que ha-

via criado com aquele empréstimo, fornecido pelo Eximbank, 20 mil empregos nos Estados Unidos.

Governamos, no Brasil, os interesses externos e agora que os Estados Unidos precisam reduzir a sua dívida pública, que atingiu o píncaro de US\$5 trilhões, passamos a importar, a comprar da Raytheon e de outras fornecedoras do Governo Norte-Americano, de outras empreiteiras daquele País, a fim de que essas empreiteiras retirem os gastos do Governo americano, reduzindo-os de US\$300 bilhões para US\$106,8 bilhões, o déficit orçamentário norte-americano, em três anos.

Reduziram o déficit, reduziram os gastos, e nós gastamos, importamos e temos déficit comercial para ajudar o Governo norte-americano a manter lucrativas essas empreiteiras, essas fornecedoras do Governo, tal como aconteceu com a Raytheon, a famosa Raytheon, cujas pegadas foram detectadas pelos arapongas situados no Palácio do Planalto, cujos interesses espúrios foram protegidos e aprovados por esta Casa.

Um bilhão e quatrocentos milhões de dólares fornecidos pelo Eximbank com endereço carimbado: esse dinheiro só serve para comprar da Raytheon. Então é óbvio que a nossa concorrência para escolher a nossa fornecedora foi uma farsa, porque a Raytheon havia sido escolhida em um contrato de empréstimo feito pelo Eximbank. Foi um contrato carimbado, um contrato que só valeria e só forneceria crédito se fossem dirigidos à Empresa Raytheon, para comprar os equipamentos do Sivam.

Pois bem, esse Governo tão dinamizador da economia norte-americana não é tão burro assim, como pretendem o Ministro do Supremo Tribunal Federal e o Professor Eugênio Gudin. Mas Rubens Ricupero, enquanto Ministro responsável pela aplicação e pela implementação do Plano Real, disse o seguinte: "Não é, Monfort? Você sabe! Eles são todos bandidos! Eles são todos bandidos!" Palavras de Ricupero. Não são palavras de PT, não; são palavras de Rubens Ricupero – Embaixador, Ministro no final do Governo Itamar Franco e agora Embaixador em Roma. Um dos Ministros, talvez o mais lúcido que tenha passado por esses dois últimos governos, pelo menos. E Amato, quando Presidente da Febraban, disse: "Somos todos sonegadores! Nós todos somos sonegadores!"

Sonegadores confessos, pelo Presidente da Febraban; burros, declarados em quase sentença do Supremo Tribunal pelo Ministro Sepúlveda Pertence; burros e loucos, de acordo com Eugênio Gudin; e bandidos, de acordo com Rubens Ricupero.

Essa nossa elite escolhe bem as pessoas que coloca nos altos cargos, cargos que só servem aos interesses da elite dominante.

Gustavo Franco, ignorância empenachada, Gustavo Franco, com a arrogância que a inexperiência, que o narcisismo, que a falta de amadurecimento, própria da sua juventude, de conhecimento histórico, vem testar, na cobaia em que se transformou para ele a sociedade brasileira, esses planos que já estão mostrando o que são por aí fora – a Argentina que o diga; o México que fale; a Venezuela que nos informe.

Na Argentina, depois de seis anos de Plano Cavallo, depois de seis anos de imposto ao povo argentino esse modelo de desenvolvimento às avessas, de destruição e de sucateamento periféricos, agora, o Governo neoliberal do Sr. Menem acaba de demitir mais 30 mil funcionários públicos. O nosso Bresser Pereira não sabe a quantas andarás o processo de demissão, de enxugamento – como eles dizem – da economia brasileira e da Administração Pública no Brasil. Alguns dizem que agora ele só quer demitir 40 mil. Talvez aqueles outros 40 mil a que ele se referiu seriam alvo das chamadas demissões voluntárias.

Pois bem, do alto do comando do Banco Central, Gustavo Franco – entre outras inverdades, algumas delas apontadas até mesmo por Delfim Netto – afirma que, no tocante ao Proer, que também é social, que faz parte do tudo pelo social, a preocupação do comando do Banco Central era apenas proteger os depositantes. E não protegem os pequenos e médios empresários brasileiros levados à falência através dessas taxas cambiais absurdas, desses juros elevadíssimos e do empobrecimento do povo, que não pôde mais constituir uma demanda adequada para os nossos empresários.

Com isto ele não se preocupa! Preocupa-se apenas, agora, com os depositantes. Mas é mentir! Obviamente mentira, porque ele não pode ter tido um ataque de humanidade, de humanismo. Eles, que comandam o econômico brasileiro, o crime contra a coletividade, de repente, será que teriam tido uma crise de socialismo, de preocupação com o social? Absolutamente, não. O que houve?

Por exemplo, os depósitos do Banco Nacional eram de R\$2,2 bilhões. O Banco Nacional levou, da primeira mãozada, R\$4 bilhões e 900 milhões e, agora, chegou-se a R\$7 bilhões e 800 milhões. E dizem que isso é barato, que poderia ficar muito mais caro se o efeito dominó tomasse conta e fizesse cair, uma por uma, as instituições bancárias, agiotárias, deste País.



Não é verdade. Primeiro, não vai se ficar apenas em US\$13 bilhões, o que já seria um absurdo. E nesses US\$13 bilhões não estão computados, por exemplo, aqueles recursos que terão de ir para o Banespa. Por que o Governador Mário Covas não aceitou os US\$7 bilhões que esta Casa aprovou para que o Estado de São Paulo pagasse a sua dívida ao Banespa? S. Ex<sup>a</sup> não aceitou porque, obviamente, espera receber do Proer não míseros US\$7 bilhões, mas US\$19 bilhões, que serão suficientes para sanar aquela situação. E, se isso acontecer – US\$19 bilhões mais US\$13 bilhões –, já serão US\$32 bilhões. E o Banerj? E o Bamerindus? E outros que estão aí, às vésperas de necessitar dessa transfusão de recursos que a população exangue, sem sangue, fornece aos adiposos banqueiros brasileiros?

Assim, portanto, continuam à frente de nosso comando, nas alavancas principais que dominam e governam a economia brasileira, com um poder que nem os militares tinham. Geisel fez uma confissão, em entrevista concedida ao Jô Soares há muitos anos, talvez quase uma década, que a Revista **Veja** publica no seu último número. Ele sabia que era preciso retirar os militares da frente do desastre, porque, senão, o Exército iria se desmoralizar como Instituição. Geisel salvou o Exército Nacional ao trocar a administração militar por militares à paisana ou por civis ditos democráticos.

**O Sr. José Eduardo Dutra** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Lauro Campos?

**O SR. LAURO CAMPOS** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com muito prazer.

**O Sr. José Eduardo Dutra** – Nobre Senador Lauro Campos, V. Ex<sup>a</sup>, como sempre, faz um diagnóstico e uma análise ampla e precisa do momento que estamos vivendo. Quero fazer um aparte apenas em relação a um dos tópicos levantados por V. Ex<sup>a</sup>, particularmente no que diz respeito às declarações geralmente recheadas de empáfia e arrogância do Dr. Gustavo Franco. Quero registrar que esse tipo de comportamento tem sido uma marca muito clara do Governo Fernando Henrique Cardoso. É a tentativa de desqualificação dos opositores, através das adjetivações. O próprio Presidente deu o sinal para o início desse comportamento quando classificou a esquerda como burra. Daí, sucederam-se as declarações do Governador do Ceará, Tasso Jereissati, classificando como retrógrados alguns setores da política e, depois, a classificação de pobres de espírito àqueles que eram contra o processo de privatização como está sendo feito. Agora, o Presiden-

te volta a dizer que não existe oposição. E, de adjetivação em adjetivação, continua o Governo Fernando Henrique Cardoso. Talvez esse carma tenha sido impregnado no Governo quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso citou Caetano Veloso, não sei se no discurso de posse ou no de despedida do Senado. A meu ver, Caetano Veloso contribuiu para classificar, de maneira definitiva, o atual Governo, quando diz, em uma de suas músicas, "que Narciso acha feio o que não é espelho". Esse tem sido o comportamento do Governo Fernando Henrique Cardoso em relação a todos aqueles que não rezam pela sua cartilha. Muito obrigado.

**O SR. LAURO CAMPOS** – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e concordo em gênero, número e grau com as suas colocações.

Ontem, por longo tempo, ocupei esta tribuna. Se o Senhor Fernando Henrique Cardoso queria sugestões, ontem dei-lhe essas sugestões.

Falei, durante 50 minutos, essencialmente sobre o enxugamento japonês feito por Taiichi Ohno, na Toyota, completamente diferente do que foi feito ao voltarem, de novo, para o Ocidente essas novas técnicas de administração, que deram no que deram, transformando-se nesse monstro que aí está.

Ontem, referi-me ao processo de democratização da administração, da gestão, de respeito aos trabalhadores, de aumento de salários, de participação no lucro das empresas, tudo isso formando a grande base de desenvolvimento real da economia japonesa.

Por que não fazemos isso? Por que nossos sindicatos também não adquirem aquela capacidade de reivindicação que os sindicatos no Japão obtiveram depois da Segunda Guerra Mundial, que permitiu esse novo modelo de administração e de cooperação, mesmo na linha de montagem?

Se não fossem donos da verdade, se soubessem um pouquinho mais de História Econômica e de História do Desenvolvimento Econômico Comparado, não precisaríamos estar agora dizendo aquilo que o pai do Cruzado I disse: "Agora aprendemos bastante; vamos errar menos".

Aprendemos bastante a partir de fevereiro de 1986, quando nos foi imposta a experiência que nos transformou em cobaias, sobre as quais cinco planos de estabilização e de combate à inflação, todos derrotados, todos frustrados, se fizeram suceder.

Continuam transformando os brasileiros em cobaias e aplicando essas medidas que são completamente incompatíveis com o capitalismo que, aparentemente, defendem. Duvido! Não existe possibilida-

de de se demonstrar que uma inflação zero, ou próxima de zero, ou um momento de deflação, não correspondeu à crise da economia capitalista, em todos os hemisférios, em todos os países, em qualquer momento da história, a partir de 1815, quando a crise na Inglaterra também foi acompanhada de deflação, de queda de preço.

Para concluir, Bresciane Turoni, que escreveu o mais importante livro sobre a inflação da Alemanha na década de 20. Disse: "Estabilização é crise", sendo inclusive esse o título de um dos capítulos do referido livro.

O Governo pega os sintomas da crise, que ele não consegue superar – o desemprego, as falências, os altos juros, a insolvência, o sucateamento industrial – e os transforma em programa, em ação de Governo. E tudo isso apenas para não confessar que a crise é superior ao Governo, que a crise impõe o desemprego, as falências, a queda da taxa de lucro, a quebra do sistema bancário, a completa falta de legitimação dos governos em crise.

Infelizmente, hoje não posso dispor do tempo que a Presidência me concedeu ontem, que extrapolou o previsto no Regimento, mas me permitiu desfrutar e me beneficiar desse descuido regimental. Hoje também já ultrapassei o meu tempo e agradeço à Mesa pela tolerância.

Deixo apenas este alerta: o que realmente faltou foi **aldos e dike**. Quando a Grécia se encontrava em uma situação de caos e crise, Zeus mandou Hermes, seu mensageiro, para salvá-la. E o que Hermes levou à Grécia em crise, em decadência? Levou **aldos e dike** – vergonha e respeito. Vergonha, quando se ofendia os interesses coletivos sem se avermelhar; e respeito para com o próximo, não pensando que todos nós somos burros e que não entendemos aquilo que estão lançando sobre nós, um verdadeiro e inédito "economicídio".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Lauro Campos, o Sr. Ney Suassuna, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias. (Pausa)  
Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

V. Exª dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Governo Federal inicia nos próximos dias uma nova ofensiva no combate ao déficit público.

Não haverá progresso neste País enquanto o déficit público existir. Não se pode gastar mais do que se ganha, e o Governo está buscando esse equilíbrio.

Em busca do indispensável equilíbrio das contas será anunciada oficialmente a extinção e/ou venda de 23 empresas públicas, cujos históricos funcionais remontam à época da ditadura e que não cumprem hoje, numa economia de mercado em expansão, objetivos estratégicos, o que as habilita ao desmonte. Tais empresas foram criadas na época em que o Estado pensava que podia tudo e, hoje, não existe razão de continuarem sendo públicas.

A leitura dos nomes que integram a cesta de opção oferece uma clara percepção da abrangência da atuação estatal no domínio econômico e explica, a partir dela, o descalabro do desvirtuamento do papel do Estado, incompatível com as exigências decorrentes de uma economia onde as demandas sociais insatisfeitas não permitem a dispersão de esforços nem aventuras econômicas extravagantes.

A relação apresentada é a seguinte:

- 1) Alumínio da Amazônia;
- 2) Companhia de Desenvolvimento de Barcarena;
- 3) Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial;
- 4) Central de Abastecimento da Amazônia;
- 5) Cobra Computadores;
- 6) Companhia do Vale do São Francisco;
- 7) Companhia de Colonização do Nordeste;
- 8) Conab;
- 9) Companhia Nordestina de Sondagens e Perfurações;
- 10) Datamec S.A.;
- 11) Dataprev;
- 12) Empresa de Navegação da Amazônia S.A. (Enasa);
- 13) Finep;
- 14) Companhia de Navegação do São Francisco;
- 15) Grupo Hospitalar Conceição;
- 16) Hospital de Clínicas de Porto Alegre;
- 17) Nuclebrás;
- 18) Empresa Brasileira de Comunicação;
- 19) Companhia Siderúrgica da Amazônia;
- 20) Telecomunicações Aeronáuticas S.A.;
- 21) Valec;
- 22) Trensurb;
- 23) Companhia de Navegação da Baía do Prata, etc.



Todavia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a experiência recente, no que diz respeito à primeira etapa da privatização já realizada, recomenda alguns cuidados de modo a evitar que os recursos arrecadados e que a economia decorrente da desoneração das contas públicas, pela transferência dos encargos, acabem se convertendo em mais capital para alimentar o insaciável monstro da ganância.

O Programa de Privatização e/ou Extinção de Estatais deve estar inserido numa proposta de política macroeconômica bem definida, alijando as tentações de ações isoladas casuísticas ou pontuais, sob pena de malogro. E a esse filme nós já assistimos: é de horror e nós morremos no final.

A existência de cadáveres insepultos de extinções recentes tende a desacreditar mesmo as propostas mais lúcidas da retomada do Programa (Lloyd Brasileiro, Codevasf, Norte-Sul, Siderúrgica da Amazônia, IBC, IAA, BNCC, um total de 70 empresas). Onde foram parar os recursos oriundos das extinções realizadas? Ou qual o impacto da economia resultante da desobrigação do Estado com as mesmas? Pôde a sociedade sentir qualquer alívio ou folga orçamentária a partir da cessação de suas atividades? Muito pouco. Por quê? Por que nós acabamos com as empresas, mas os cadáveres não foram sepultados. Até hoje nós temos milhares de funcionários dessas empresas colocados em lugares estranhos, alguns até sem função, como é o caso da Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco, que tem ainda mil e poucos funcionários em Brasília; da Norte-Sul, que tem mais de 70 engenheiros no Rio de Janeiro; do Lloyd Brasileiro, que já foi extinto, foi posto na bacia para ser leilado, mas os funcionários ganharam e o Governo não teve dinheiro para pagar, tendo que tomá-lo de volta e ainda investir alguns milhões.

Então, nós estamos de acordo com o Presidente da República. Entendemos que essa poda tem que ser feita, tem que haver um equilíbrio, a República não pode gastar mais do que ganha. Mas nós queríamos que o Presidente tivesse mão férrea, principalmente sepultando os cadáveres anteriores, o que será uma medida impopular para uns poucos.

Hoje ouvi uma frase de Sua Excelência com a qual concordo: "Tem que se fazer, mas tem que se estancar essas pequenas hemorragias que vêm de longa data e que, somadas, geram uma grande hemorragia aos cofres desta República".

Não podemos, de forma alguma, permitir que se repitam resultados enganosos como os ilustrados, sob pena de se repetir a história como farsa.

Nesse contexto, é importante que o Governo Federal proceda ao atrelamento formal dessas medidas a outras com o mesmo objetivo. Que se faça não só essa depena, tirando tudo que não é papel do Estado, mas que se busque também dar aos Estados oxigênio através da renegociação das dívidas, o que, por sinal, já está ocorrendo. Já aconteceu com Minas, vai acontecer agora com o Rio de Janeiro e espero que cheguemos a ter a renegociação total, com um prazo maior – até do meu Estado, a Paraíba –, porque sempre se começa pelo Sul e pelos Estados maiores.

Em entrevista ao Caderno de Política do jornal **O Estado de S. Paulo**, de hoje, o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, economista Pedro Parente, é taxativo quando diz: "A condição básica é que o Estado queira se ajudar. Governador que não estiver desestatizando e procurando resolver o problema da dívida de forma estrutural não precisa nem procurar o Governo Federal".

Considero esse ponto realmente importante.

Vão-se negociar as dívidas, mas vai-se obrigar os Estados a também fazerem um regime que atenda aos preceitos constitucionais, dando ao povo, prioritariamente, saúde, educação e segurança e, só depois, na gradação, as outras necessidades. Mas que não se metam a fazer o que estão fazendo hoje, como, por exemplo, explorar algumas atividades que não são de interesse do governo, e que, em um mundo mais organizado e globalizado, não há razão em continuarem na mão do governo.

Na mesma entrevista, o Secretário traça um paralelo entre o que foi o Plano Brady para a dívida externa brasileira e a renegociação da dívida dos Estados, ressaltando o componente de natureza fiscal (que é premissa básica da negociação que se faz no Governo FHC), com a principal diferença. Ou seja, alguns Governadores querem que haja um desconto e o Governo diz que o desconto será o prazo e o juro menor, mas não a diminuição.

Então, diz o economista Pedro Parente: "Nos acordos da dívida externa, os bancos tinham uma preocupação com a solvência dos países devedores, mas não se negociou nenhuma regra de natureza fiscal, como fazemos agora com os Estados. Estamos fazendo uma abordagem para resolver mais um dos esqueletos que ficaram do tempo da inflação alta. Toda a renegociação é feita de modo a atingir três objetivos: reduzir o subsídio do Governo Federal, ser um indutor para a desestatização a nível estadual e um instrumento de ajuste fiscal".

Outro ponto vital para o saneamento das contas públicas é que a questão da reestruturação e fortalecimento do sistema financeiro nacional seja tratada simultaneamente, em uma abordagem complementar. Não se pode conferir tratamento discricionário, diferenciado ao setor, que reconhecemos fundamental para a estabilidade econômica do País, sem que se proceda a um monitoramento permanente do mesmo. Até porque foram bilhões de reais sangrados ao uso coletivo de cunho social para evitar a catástrofe dessa área financeira.

Neste ponto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, até faço um parêntese. Deste final de semana até terça-feira próxima, o Brasil estará participando de um encontro com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o BIRD. Entre os temas a serem discutidos figurará – e com toda a certeza será benéfico para o Brasil – a habilidade que tivemos na área financeira com o Proer. O Proer, já disse desta tribuna várias vezes, é um mal necessário. E, para a nossa alegria, no caso específico do Brasil, embora sejam muitos milhões em um País que necessita de recursos, o Proer consumiu menos de 2% do nosso PIB; ao contrário de outros países, onde chegou a até 19% do PIB, como foi o caso do Chile, e 17%, na Venezuela. Isso é um ponto a favor do Brasil.

**O Sr. José Eduardo Dutra** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. NEY SUASSUNA** – Ouço V. Ex<sup>a</sup>, com prazer.

**O Sr. José Eduardo Dutra** – Serei breve, não abrirei polêmica sobre o Proer. Quero apenas lembrar, pelo fato de V. Ex<sup>a</sup> ter sido o principal promotor da bem-humorada, mas muito séria, "comemoração" nesta Casa do 36º aniversário de uma medida provisória, que a MP relativa ao Proer completará um ano e até hoje não foi votada pelo Congresso Nacional. Muito obrigado.

**O SR. NEY SUASSUNA** – V. Ex<sup>a</sup> está coberto de razão. E digo, como disse naquela ocasião, Senador José Eduardo Dutra, que a culpa é nossa. Temos deixado de votar medidas provisórias e, mais ainda, deixado de regulamentar o seu uso. V. Ex<sup>a</sup>, assim como eu, concorda que a culpa é do Congresso, que está deixando de cumprir a sua obrigação. Já tínhamos que ter regulamentado isso e vamos ter que fazê-lo, mais cedo ou mais tarde, sob pena de não estarmos cumprindo com o nosso dever.

Mas eu dizia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o Proer foi um mal necessário e isso vai ser mostrado nesse encontro, em que estarão, além dos Ministros de Fazenda dos mais de 180 países que

participam, os Ministros de Planejamento e os principais banqueiros do mundo. Mostraremos que nós, apesar de termos passado por um episódio desagradável – sabemos que é desagradável pois seria muito melhor que estivéssemos cuidando de outras coisas –, salvamos, gastando muito pouco.

Hoje mesmo ouvi do Banco Central que, com a liquidação do Banco Econômico, da parte que ficou, caiu para R\$8 bilhões o total, o que toma menor que 2% do PIB o evento Proer.

Estou exaltando o fato de o Presidente estar extinguindo empresas. Estou lembrando ao Presidente que, no entanto, devemos ter mão férrea, porque outras foram extintas, mas os cadáveres até hoje não foram sepultados e continuam gerando despesas e sangramento, e citei exemplos. Mas estou lembrando ao Presidente e à equipe econômica que temos o outro lado também: que o Governo é um mau cobrador e que tem hoje R\$310 bilhões para receber. É preciso se agilizar isso.

Ainda esta semana conversava com dois Governadores e dizia-se que a maioria dos Estados têm como dívida ativa uma fortuna. E mostrava-se o exemplo do Estado do Rio de Janeiro, que hoje aplaudia estar recebendo R\$150 milhões para o porto, enquanto tem R\$27 bilhões a receber de dívida.

A Nação tem R\$310 bilhões para receber; só o Ministério da Fazenda tem R\$60 bilhões. Se, por um lado, gastamos mais do que arrecadamos; por outro, arrecadamos mal. Temos que regulamentar, temos que regularizar, temos que disciplinar. E estou vendo o Presidente se movimentando para fazê-lo. Mas estou, daqui da tribuna, aplaudindo e alertando que outras ações já ocorreram mas não foram concluídas e que, se queremos fazê-lo, temos que pagar, temos que ter força de vontade, porque são ações que, como dissemos, não são simpáticas, mas que precisam ser feitas.

Nesta manhã, Sr. Presidente, ouvi, até com muita alegria, um discurso ao vivo do Senhor Presidente da República, que contestava possíveis interpretações oportunistas das medidas de implementação para esse equilíbrio orçamentário. Sua Excelência foi categórico, atribuindo o principal sucesso à estabilidade da moeda. E usou até uma frase muito interessante: "Eu seria um beócio se não admitisse que a estabilidade da moeda é um fator básico de sustentação política". Portanto, vamos segurar com toda certeza essa estabilidade da moeda. Dizia ainda: "Assumi um compromisso público com a estabilidade e, para tal, temos que reduzir o custo Brasil..." – e dizia isso quando repassava ao Rio de Janeiro

R\$150 milhões para o Porto de Sepetiba, com o objetivo exatamente de baixar o custo dos portos, considerado hoje, no Brasil, um descalabro – "...buscando aumentar a poupança, saneando as contas públicas. A burocracia foi feita para andar devagar, para beneficiar poucos e cabe-nos fazê-la andar rápido, com o objetivo de beneficiar a maioria".

Gostei dessa declaração do Presidente e estou nesta tribuna para dizê-lo, embora tenha que fazer um alerta no sentido de que precisamos realizar ações conclusas e lembrar que há algumas em curso ainda não concluídas. Penso que o Presidente está procurando acertar.

Acredito que todos estamos de acordo com a análise do Presidente, mas não podemos descuidar de colocar as coisas numa perspectiva histórica. Afinal, a economia é uma moeda com muitas faces, e os operadores políticos da economia são humanos e falíveis. Por isso temos que ter permanente atenção.

Aliás, a esse propósito gostaria de ler um artigo do Sr. João Sayad que, com fina ironia, boa dose de humor e realidade incontestes, mostra os desvãos da alma humana à hora de operar com a enganosa Ciência, e, ao mesmo tempo, solicitar a sua transcrição nos Anais desta Casa como parte integrante do meu discurso.

O título do artigo é:

**"Receitas Básicas":**

Inflação menor do que 1%, déficit comercial aceitável, o desemprego é mudança na natureza do emprego. Chegou a primavera com uma florada de boas notícias.

Quanto tempo dura um tempo tão bom?

Economistas diferentes dizem coisas diferentes.

Alguns dizem que a manutenção das boas notícias depende da redução do déficit público e, portanto, da reforma do Estado, da reforma da Previdência Social, da privatização e da reforma da CLT.

Outros, que as boas notícias permanecerão se o déficit em transações correntes for reduzido e para isso é necessário mudar a taxa de câmbio e reformar a CLT e a Previdência.

Finalmente, outros dizem que tudo depende da redução do "custo Brasil."

Economia é uma arte, como a culinária. O segredo da culinária é o capricho. Um misto quente feito com capricho é mais saboroso e delicado do que um bife à Bourguignone de cadeia de **fast food**.

A arte de dar palestras dos macroeconomistas, além de capricho, depende de uma receita básica: divide a economia em setores: governo, setor privado e o resto do mundo. Ou em classes: trabalhadores e capitalistas.

Depois, lembre que cada setor ou cada classe produz um determinado volume e consome um volume diferente, maior ou menor do que o que produziu. A diferença se chama poupança.

Quem produziu mais do que consumiu e, portanto, poupou, precisa ser recompensado por quem fez o contrário, isto é, des-poupou.

A partir dessa receita básica, pode-se preparar o discurso mais conveniente, ou a recomendação mais agradável para a platéia ou o tempo em que estiver vivendo.

**1) Platéia neoliberal de oposição.**

O governo consome mais do que produz, tem déficit público. Quem consome menos do que produz para compensar a diferença? O resto do mundo. Por isso, temos déficit em transações correntes, ou seja, por isso precisamos que os estrangeiros mandem mais produtos para o Brasil (nossas importações) do que o volume que mandamos para eles (nossas exportações). O déficit público é culpado pelo déficit de transações correntes. Recomendação: demissão de funcionários e reformas da Constituição para diminuir o déficit. Culpado de tudo: o governo.

**2) Discurso de autoridade do Governo.**

O Plano Real redistribuiu renda por causa do fim do imposto inflacionário. Tradução: os brasileiros agora podem consumir mais do que produzem, ou seja, despoupar, porque o ambiente favorável atrai poupança do resto do mundo para compensar o consumo maior dos brasileiros.

**3) Seminário do MDB sobre distribuição de renda, em 1983.**

Adicione a hipótese de que os trabalhadores gastam tudo o que ganham e os capitalistas ganham o que gastam, isto é, os lucros são iguais a tudo que foi produzido e não consumido.

Os megasuperávits comerciais da época são produção nacional que não é consumida e, portanto, são lucros. Conclusão: a distribuição de renda se agrava (os lucros

crescem em detrimento dos salários) porque exportamos mais do que importamos, e a diferença, o superávit comercial, pertence aos estrangeiros donos da dívida externa ou aos capitalistas que produziram o excesso de dólares que não foi pago em salários.

4) Discurso para o pessoal da saúde e da educação.

Reduzir o déficit público à custa dos gastos sociais é inaceitável. Precisamos diminuir as despesas com juros (e, portanto, contar menos com a poupança dos estrangeiros) e aumentar os impostos (e, portanto, tirar uma parte da produção privada e transferir para os gastos na área social).

S. Ex<sup>a</sup> dá mais dois exemplos para os quais peço a transcrição. Neles, mostra que, dependendo da platéia, podemos fazer o discurso que queremos, mas em economia e administração pode gerar brincadeira; todavia, o milagre não existe.

A verdade é que, quem gasta mais do que ganha vai terminar tendo uma conta a pagar. Quem importa mais do que exporta vai terminar com déficit em contas a pagar no exterior.

Acredito que o Governo quando tenta açambarcar todas as atividades termina não tendo dinheiro para o principal. E é exatamente o que o Presidente está fazendo; está tentando arrumar esse dinheiro para o principal, ou seja, está saindo das atividades que não são da sua alçada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, aplaudo o Presidente, mas peço a Sua Excelência que tenha o cuidado para não acontecer o que aconteceu tempos atrás, quando as empresas foram extintas, mas os cadáveres não foram sepultados e até hoje geram grandes despesas a esta República.

Muito obrigado.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NEY SUASSUNA EM SEU DISCURSO:**

Opinião Econômica

RECEITAS BÁSICAS

João Sayad

Inflação menor do que 1%, déficit comercial aceitável, o desemprego é mudança na natureza do emprego. Chegou a primavera com uma florada de boas notícias.

Quanto tempo dura um tempo tão bom?

Economistas diferentes dizem coisas diferentes.

Alguns dizem que a manutenção das boas notícias depende da redução do déficit público e, portanto, da reforma do Esta-

do, da reforma da Previdência Social, da privatização e da reforma da CLT.

Outros, que as boas notícias permanecerão se o déficit em transações correntes for reduzido e para isso é necessária mudar a taxa de câmbio e reformar a CLT e a Previdência.

Finalmente, outros dizem que tudo depende da redução do "custo Brasil".

Economia é uma arte, como a culinária. O segredo da culinária é o capricho. Um misto quente feito com capricho é mais saboroso e delicado do que um bife à Bourguignon de cadela de fast food.

A arte de dar palestras dos macroeconomistas, além de capricho, depende de uma receita básica: dívida a economia em setores – governos, setor privado e resto do mundo. Ou em classes: trabalhadores e capitalistas.

Depois, lembre que cada setor ou classe produz um determinado volume e consome um volume diferente, maior ou menor do que o que produziu. A diferença se chama poupança.

Quem produziu mais do que consumiu e, portanto, poupou, precisa ser recompensado por quem fez o contrário, isto é, des-poupou.

A partir dessa receita básica, pode-se preparar o discurso mais conveniente ou a recomendação mais agradável para a platéia ou o tempo em que estiver vivendo.

1) Platéia neoliberal de oposição.

O governo consome mais do que produz, em déficit público. Quem consome menos do que produz para compensar a diferença? O resto do mundo. Por isso temos déficit em transações correntes, ou seja, por isso precisamos que os estrangeiros mandem mais produtos para o Brasil (nossas importações) do que o volume que mandamos para eles (nossas exportações). O déficit público é culpado pelo déficit em transações correntes. Recomendação: demissão de funcionários e reformas da Constituição para diminuir o déficit. Culpado de tudo: o governo.

2) Discurso de autoridade do governo.

O Plano Real redistribuiu renda por causa do fim do imposto inflacionário. Tradução: os brasileiros agora podem consumir mais do que produzem, ou seja, despoupar, porque o ambiente favorável atrai poupança do resto do mundo para compensar o consumo maior dos brasileiros.

3) Seminário do MDB sobre distribuição de renda, em 1983. Adicione a hipótese de que os trabalhadores gastam tudo o que ganham e os capitalistas ganham o que gastam, isto é, os lucros são iguais a tudo que foi produzido e não consumido.

Os megasuperávits comerciais da época são produção nacional que não é consumida e, portanto, são lucros. Conclusão: a distribuição de renda se agrava (os lucros crescem em detrimento dos salários) porque exportamos mais do que importamos e a diferença, o superávit comercial, pertence aos estrangeiros donos da dívida externa ou aos capitalistas que produziram o excesso de dólares que não foi pago em salários.

4) Discurso para o pessoal da saúde e da educação.

Reduzir o déficit público à custa dos gastos sociais é inaceitável. Precisamos diminuir as despesas com juros (e, portanto, contar menos com a poupança dos estrangeiros) e aumentar os impostos (e, portanto, tirar uma parte da produção privada e transferir para os gastos na área social).

5) Discurso para exportadores que reclamam da taxa cambial.

Precisamos reduzir o "custo Brasil" pela flexibilização da CLT e reforma da Previdência Social. Tradução: precisamos baixar os salários para que o câmbio continue constante e, mesmo assim, possamos produzir mais para exportar.

6) Platéia eclética. Discurso prudente: é preciso aumentar a poupança. Não especifique de que grupo nem quando.

A partir da receita básica, o macroeconomista bom palestrante não deve ter dificuldade alguma em sugerir o remédio mais atraente ao interesse da platéia. Na dúvida, pode esconder muito bem a ideologia que orienta duas recomendações sempre com a mesma receita básica.

Em resumo, é muito fácil dar palestra de macro. Difícil mesmo é decidir sobre políticas que afetam salários e emprego em um país de tantos pobres nestes anos gloriosos da globalização que estamos vivendo.

João Sayad 50, economista, professor da Faculdade de Economia e Administração da USP e ex-ministro do Planejamento (governo José Sarney), escreve às segundas-feiras nesta coluna.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de fazer alguns comentários sobre o recente episódio de Brasília envolvendo a chamada P2, o Serviço de Investigação da Polícia Militar.

Inicialmente, eu gostaria de ler uma nota oficial do Partido dos Trabalhadores – PT, assinada pelo Presidente Nacional do Partido, José Dirceu.

"Os acontecimentos desta última semana em Brasília trazem novamente a público a atuação das PMs e de seus serviços secretos, ilegais e inconstitucionais, as chamadas P2, Serviço Reservado da PM.

O PT sempre se opôs e denunciou não só a tendência – herança da Ditadura Militar – das PMs se constituírem em poder militar paralelo aos governos dos Estados, à autoridade civil e ao Judiciário, como tem exigido uma ampla reforma no sentido de desmilitarizar as PMs, extinguir seus serviços secretos e acabar com a espionagem política.

Foram essas as exigências do PT nos episódios trágicos de Corumbiara e Eldorado dos Carajás.

Em entrevistas, notas oficiais e artigos publicados pela imprensa, a Direção do PT e seu Presidente Nacional exigiram o fim da P2 e denunciaram o seu caráter ilegal e inconstitucional.

Independentemente dos objetivos escusos e mesquinhos, e do uso político que está sendo feito em torno da denúncia de prática de espionagem política contra o serviço reservado da PM de Brasília, chegou a hora de os governos do PT, de todos os governadores e do Governo Federal liquidarem de vez essa aberração policial que viola a lei e a Constituição.

Essa é exigência mínima de uma república democrática onde imperam a Constituição e o Estado de Direito: extinguir o Serviço Reservado da PM, punir os responsáveis por seus crimes e iniciar um amplo processo de reestruturação e desmilitarização das PMs.

São Paulo, 23 de setembro de 1996. – **José Dirceu**, Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa nota reflete a posição oficial do nosso Partido a respeito desse episódio.

Eu gostaria apenas de acrescentar alguns comentários: primeiro, a nossa absoluta confiança no Governo do Distrito Federal, não só por ser essa a prática do nosso Partido, como já explicitado na nota, mas também pela própria biografia e temperamento democrático do Governador Cristovam Buarque. S. Ex<sup>a</sup>, inclusive, já tomou medidas concretas para apurar e acabar com esse tipo de prática. Desmobilizou, por exemplo, o Serviço de Informações Reservadas da Polícia Militar; determinou ao Secretário de Segurança Pública a elaboração e implantação, no prazo de sete dias, de um planejamento de segurança voltado exclusivamente para a área operacional; e convidou entidades como a OAB-DF, a FENAJ e a Comissão de Direitos Humanos, da Câmara Legislativa, para acompanharem esse planejamento.

Quero também registrar o empenho do Governo do Distrito Federal em ir fundo na apuração das responsabilidades nesses episódios, porque o que diferencia os governos não é a existência ou a inexistência de denúncias de irregularidades, mas a postura que eles adotam frente às denúncias, frente

aos fatos que surgem. E este é um fato emblemático que diferencia o Governo do Distrito Federal, por exemplo, do Governo Federal.

Quando a Oposição propôs, na Câmara Distrital, a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar responsabilidades, o Governo e a sua base parlamentar deram todo apoio, assinaram o requerimento de criação da CPI; eles vão participar da CPI, vão trabalhar para que ela não acabe "em pizza" e para que, efetivamente, ela apure, de maneira conseqüente, todos esses episódios.

Ao contrário, por exemplo, do que fez o Governo Federal, que, nos casos dos bancos e Sivam, procurou e conseguiu impedir a criação de CPIs tanto no Senado como na Câmara dos Deputados.

Entendemos que a questão dos serviços secretos das PMs mereceria uma investigação nacional, porque sabemos que isso não é prática apenas da PM do Distrito Federal: acontece nas PMs de todos os Estados. Talvez fosse até interessante considerarmos a proposta apresentada pela Vice-Governadora Arlete Sampaio e pelo Deputado Agnelo Queiroz, do PC do B, de implantar uma CPI, no Congresso Nacional, para investigar esses verdadeiros instrumentos, esses verdadeiros resquícios da ditadura, que confundem inteligência e informação, particularmente na questão operacional – que todo Governo precisa ter –, com bisbilhote e utilização da invasão da privacidade dos cidadãos não se sabe bem para quê.

Entendemos que seria importante que o Congresso Nacional, aproveitando o episódio de Brasília, se dispusesse a investigar de maneira profunda, possibilitando que se desencadeasse, na sociedade civil brasileira, um amplo movimento para acabar com os serviços secretos das PMs em todos os Estados.

Sabemos que isso é um resquício da ditadura. A História do Brasil inclusive nos ensina que, na célebre reunião do Conselho de Segurança Nacional que decidiu sobre a implantação do AI-5, quando, se não me engano, o Ministro Jarbas Passarinho, ou o próprio Presidente Costa e Silva tentava convencer o Vice-Presidente Pedro Aleixo – que era uma voz solitária contrária à decretação do AI-5 – de que esse Ato era necessário, mas temporário e passageiro, ouviu do Vice-Presidente Pedro Aleixo: "Eu sei e V. Exª sabe que é passageiro e temporário. Agora, quem é que vai explicar isto, depois, para o guarda da esquina?" E nós vemos que esses resquícios da ditadura contribuem para a continuidade de episódios como esse.

Então, gostaríamos de mostrar aqui, em primeiro lugar, a posição oficial do Partido dos Traba-

lhadores não só com referência a esse episódio de Brasília, mas também à existência dos serviços secretos das PMs em todos os Estados. Queremos manifestar o nosso apoio e a nossa confiança no Governo do Distrito Federal, que vem fazendo por merecê-los em função das atitudes concretas que tomou, e de dizer que esperamos que não só a CPI da Câmara Distrital como também uma possível CPI do Congresso Nacional venham a apurar todos esses fatos – não só o do Distrito Federal, como outros, recentes.

Ontem, por exemplo, a televisão mostrou o nosso Maxwell Smart tupiniquim, do Paraná, que se entregou de maneira ridícula, o que demonstra que episódios desse tipo acontecem em todos os Estados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. José Eduardo Dutra, o Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Joel de Hollanda.*

**O SR. PRESIDENTE** (Joel de Hollanda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.

V. Exª dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. JÚLIO CAMPOS** (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, um dos mais graves problemas da economia mundial, o desemprego atinge países ricos e pobres, desenvolvidos, subdesenvolvidos e em desenvolvimento, de economia liberal ou com maior grau de intervencionismo estatal.

O Brasil não é uma economia isolada, autônoma, autárquica e nem independente das grandes mudanças que ocorrem constantemente na economia mundial: a economia brasileira já se encontra em elevado grau de integração na chamada economia global.

O Brasil, igualmente, vem sofrendo as conseqüências negativas do desemprego, essa verdadeira praga, responsável pela desestabilização social existente em um grande número de países.

Num passado distante, o trabalho humano era considerado algo degradante, vil e desprezível, que somente deveria ser realizado por escravos e homens de baixa condição social.

As classes mais nobres, mais ricas e mais abastadas procuravam, naturalmente, se abster da prática do trabalho, principalmente do trabalho manual, rotineiro ou artesanal.

Com o desenvolvimento social da humanidade, o trabalho teve sua importância reconhecida, passando não apenas a dignificar o homem, mas, igual-



mente, a contribuir para o seu equilíbrio físico, mental e espiritual. Além disso, importantes benefícios sociais e econômicos provêm da ocupação da mão-de-obra.

O desenvolvimento das técnicas de produção provocou uma maior capitalização dos setores produtivos e o surgimento de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, as chamadas tecnologias de capital intensivo, que, atualmente, com a automatização e a robotização, destroem postos de trabalhos, retiram do processo econômico milhões de pessoas no auge de sua capacidade produtiva, gerando sérios problemas sociais.

A sociedade moderna ainda não conseguiu o antídoto para esse grave problema, nem conhece suficientemente suas repercussões sociais, econômicas, políticas, psicológicas, educacionais, trabalhistas e jurídicas.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a crise do desemprego, associada às demais crises que afligem as sociedades modernas, poderá desencadear um processo social cujas conseqüências ainda não conhecemos, as quais certamente não serão benéficas à economia mundial.

O enorme crescimento das taxas de remuneração do capital e, conseqüentemente, uma menor participação do trabalho na repartição da renda, a existência de um número cada vez maior de pessoas alijadas do processo produtivo são questões fundamentais que estão a exigir respostas imediatas dos políticos, dos economistas e dos cientistas sociais.

O grande desafio da economia moderna é encontrar uma estratégia de desenvolvimento que, ao mesmo tempo, garanta um elevado nível de emprego à população e mantenha um equilíbrio estável entre eficiência e justiça social, entre remuneração do capital e do trabalho.

Ora, como ainda não se conseguiu uma solução adequada, duradoura, estável, de longo prazo, para o grave problema do desemprego, precisamos adotar medidas urgentes que pelo menos contribuam para aliviar as suas graves conseqüências sobre a vida das pessoas e das famílias, obrigadas a suportar um corte drástico e imediato de sua renda.

Muito se tem falado e propalado que o maior problema do Brasil é a inflação. Resolvida a questão inflacionária, tudo o mais estaria resolvido, por uma espécie de mecanismo econômico de acomodação automática. Nada mais enganoso, ledo engano: estabilidade monetária é apenas pré-condição mínima para iniciarmos o árduo trabalho de construção da economia e da sociedade brasileira. Inflação é ape-

nas um dos aspectos da grave questão social que enfrentamos.

Quando comparamos inflação e desemprego, verificamos que desemprego é infinitamente mais grave, mais grave mesmo.

Aqui, gostaria de abrir um parêntese, fazer um esclarecimento necessário para que não haja distorções, nem má interpretação do que afirmei, para que ninguém, amanhã, diga que o Senador Júlio Campos está defendendo a volta da inflação. Não, absolutamente Jamais defenderia o retorno da serpente inflacionária, pois é como imposto iníquo, perverso, que castiga mais severamente as classes mais pobres, as classes trabalhadoras, e privilegia os ricos, os detentores dos grandes capitais, que dispõem de recursos e mecanismos para se defenderem da inflação e se tornarem ainda mais ricos.

O que estou afirmando e defendendo é que o flagelo do desemprego é uma desgraça maior do que a praga inflacionária, pois, com a inflação, o trabalhador ganha quase nada e, com o desemprego, o trabalhador ganha absolutamente nada.

Se um trabalhador ganha um salário mínimo mensal e os preços sobem, ele ainda consegue levar um certo percentual de sua cesta básica de compras para sua casa. Mesmo que a inflação fosse de mil por cento, o trabalhador ainda conseguiria comprar cerca de 10% da quantidade dos bens que adquiria anteriormente. Diferentemente, quando surge o flagelo do desemprego, o trabalhador nada pode levar para sua família, que pode ser jogada na rua e na mendicância.

Mais uma vez, quero deixar bem claro: não estou, absolutamente, defendendo a inflação; estou defendendo uma solução para o grave problema do desemprego.

Sr. Presidente, passei esses últimos dias percorrendo os Municípios do interior de Mato Grosso, em campanha para as eleições de 3 de outubro. Voltei muito mais triste! Vi um quadro desolador: o homem mato-grossense está mais empobrecido, mais pobre mesmo; há muito desemprego no nosso interior. A fome começa a aparecer nos Municípios mato-grossenses, fato que não ocorria há muitos anos. Creio que nunca houve uma crise de desemprego tão grave quanto essa no nosso Estado.

O pior de tudo é que o desemprego e a pobreza encontram-se em índices muito elevados, e não há nenhuma perspectiva de solução para o problema a curto prazo. Há uma desesperança total no homem tanto do interior quanto da própria capital do Mato Grosso. Isso me preocupou bastante. O índice

de desemprego nesse Estado está acima dos 16%, que é quase o índice nacional.

Até uma medida provisória, recentemente assinada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo Ministro do Meio Ambiente, Dr. Gustavo Krause, proibindo determinados cortes de madeira, está causando o desemprego de milhares de famílias que trabalham nas indústrias madeireiras da região norte de Mato Grosso.

Às 17h30min, farei uma visita ao Presidente do Ibama para levar-lhe um apelo. Se não houver uma providência, uma mudança na legislação federal, haverá cidades que se tornarão fantasmas no Estado do Mato Grosso, porque não têm outro tipo de economia a não ser a madeireira.

Voltando ao meu texto do discurso, Sr. Presidente, estou ressaltando a enorme diferença existente entre o desemprego e a inflação, do ponto de vista do trabalhador desempregado: inflação equivale a uma grave doença, desemprego equivale à pena de morte. O desemprego é a inflação elevada a uma potência de grau infinito e, portanto, infinitamente mais grave e cruel; desemprego significa fome, doença, marginalização social, desespero.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o seguro-desemprego está completando 10 anos de existência no Brasil e representa uma importante conquista social do trabalhador brasileiro, apesar de necessitar atualmente de aperfeiçoamentos e de uma administração mais eficiente.

Em 1996, aproximadamente 5 milhões de trabalhadores deverão receber os benefícios do seguro-desemprego, o que significa cerca de 7% da força de trabalho e gastos de aproximadamente 0,5% do PIB.

O atual sistema de administração do seguro-desemprego ainda é complexo, burocratizado, lento, sujeito a fraudes e desvios e não se preocupa com itens essenciais, como o treinamento e a recolocação do trabalhador desempregado.

É necessário estabelecermos um mecanismo de ligação entre o seguro-desemprego e os programas de treinamento, reciclagem, requalificação e recolocação dos trabalhadores, para que o seguro-desemprego não se limite, simplesmente, a fornecer determinada soma de dinheiro a um desempregado, descuidando de seu treinamento, de sua reciclagem e de todos os demais aspectos relacionados com a consecução de um novo emprego estável, da segurança do trabalhador e de sua família.

Devo esclarecer que as recentes medidas do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), aprovando a prorrogação por

mais dois meses do seguro-desemprego aos trabalhadores das 10 regiões metropolitanas do País, além de ser tímida, privilegiou os desempregados das grandes cidades, e não de cidades do interior.

A Região Norte, o Centro-Oeste, com exceção do Distrito Federal, e o Interior do País ficaram fora dessa decisão. Agora, no País, temos desempregados de primeira e segunda classes – pobre do desempregado em Mato Grosso, no Piauí, em Santa Catarina e no Amazonas, que ficaram fora dessa deliberação.

Os economistas, os sociólogos, os politólogos e demais cientistas sociais ainda não encontraram uma resposta adequada e definitiva para solucionar o grave problema do desemprego. A verdadeira solução desse grave problema certamente depende do nível de crescimento da economia brasileira, de uma repartição mais equitativa da renda e da riqueza nacionais, de políticas trabalhistas modernas que consigam simultaneamente preservar os padrões de eficiência da economia e manter uma oferta adequada de empregos estáveis e bem remunerados.

O Brasil não pode mais tolerar políticas que destroem postos de trabalho, políticas que apenas criam empregos precários, temporários e mal remunerados. O Brasil não pode mais tolerar políticas que aumentam o contingente de desempregados, de pobres, de marginalizados, de pessoas que se situam abaixo da linha de pobreza absoluta.

O Brasil precisa crescer. O Brasil precisa se desenvolver. O Brasil precisa se integrar social, política e economicamente, de maneira equilibrada e estável, para gerar mais oportunidades de trabalho para sua população jovem e também para aqueles menos jovens, que precisam e desejam continuar participando da força de trabalho e da construção do nosso País.

O Brasil precisa melhorar o nível educacional de sua população para enfrentar, em condições adequadas, a economia de alta tecnologia do século XXI, que requer maior capacitação e preparo dos recursos humanos, pois só assim conseguirá melhorar o nível de emprego da nossa população.

Naturalmente, as políticas de crescimento, melhoria educacional e de desenvolvimento tecnológico requerem um período de maturação geralmente longo. A demora no resultado dessas políticas acaba indiretamente prolongando e, até mesmo, agravando a situação dramática dos atuais milhões de desempregados existentes no Brasil.

A fome é impaciente, a fome não espera, e o desemprego é a outra forma de se dizer a palavra

fome. Não podemos contribuir para agravar mais ainda o drama desses nossos irmãos que, hoje, perdem seus postos de trabalho e não conseguem encontrar uma nova oportunidade.

Aqueles que hoje estão sofrendo na pele e no estômago as conseqüências dramáticas, altamente negativas do desemprego, precisam de uma solução a curto prazo. Eu diria mesmo que não precisamos de uma solução a curto prazo; precisamos, sim, de uma solução a curtíssimo prazo para o grave problema do desemprego no Brasil. São milhares e milhares de brasileiros que estão à procura de uma nova oportunidade de trabalho.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, deixo aqui, neste instante, o meu veemente apelo ao Sr. Ministro do Trabalho para que sejam adotadas providências urgentes, práticas e imediatas que contribuam para desburocratizar, para tornar mais simples e operacional o seguro-desemprego no Brasil.

Seria desumano, seria um verdadeiro absurdo permitirmos que se some ao flagelo do desemprego o flagelo da burocracia, contribuindo para levar ao desespero aqueles que passam pela experiência humilhante de perder o emprego na atualidade.

Tenho a convicção de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso – homem de grande sensibilidade política e social, de visão histórica e de vasto saber – determinará a imediata adoção de providências para simplificar, desburocratizar, democratizar e facilitar o acesso de todos os desempregados ao seguro-desemprego.

Antes de falarmos em reeleição, em desincompatibilização, em reforma eleitoral, temos que falar no desemprego e na fome que está grassando em todo o Brasil.

Concluindo, apelo às autoridades econômicas do Governo Federal no sentido de que parem agora, pensem e decidam como resolver este grave problema que hoje aflije milhões de brasileiros: o desemprego.

*O Sr. Joel de Hollanda deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Reassumindo a Presidência, concedo a palavra ao nobre Senador Joel de Hollanda, por 20 minutos.

**O SR. JOEL DE HOLLANDA** (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, certas datas têm significado muito especial, às vezes só compreendido por um círculo bastante restrito. Em primeiro lugar, porque têm sen-

tido singular, exclusivo. Em segundo, porque são fora do comum, fogem do habitual, do ordinário.

Especial, Sr. Presidente, é o tema do meu pronunciamento de hoje. Nele, quero registrar a passagem dos 40 anos de fundação do Colégio Santa Maria, do Recife, Capital do Estado que tenho a honra de aqui representar.

A história do Colégio Santa Maria é sinônimo de compromisso com o ensino de qualidade e o desenvolvimento da consciência cristã. Ao longo de quatro décadas, formou gerações de lúcidos cidadãos e competentes profissionais.

Quando começou as atividades, sob a direção lúcida, moderna e competente da educadora D. Maria das Dores Muniz de Melo, o então Instituto Santa Maria oferecia os cursos de Jardim da Infância, Primário (até a 4ª série), Educação Física, Balé, Artes Plásticas e Esportes.

Dois anos depois, ampliou as atividades. Atendendo ao clamor dos pais dos estudantes, satisfeitos com o nível de ensino ministrado, obteve autorização para completar o 1º ciclo, então, com o nome de Ginásio Santa Maria.

Hoje, o Colégio Santa Maria, instalado em nova sede com modernos laboratórios de ciências e quadras de esportes, oferece do Pré-Escolar ao 2º Grau, incluindo aí o curso de Magistério, que forma professores capazes de difundir os ensinamentos transmitidos pela tradicional instituição.

A escola vai além das disciplinas do currículo básico. Para proporcionar educação integral aos alunos, preparando-os para os desafios dos tempos modernos, investe seriamente em cursos de Balé, Informática, Teatro, Canto Coral, Declamação, Oratória e Música.

Sr. Presidente, nobres Senadores, não é por acaso que o Colégio Santa Maria tem hoje mais 6 mil alunos matriculados nos cursos que oferece. Com os pés fincados no presente e o olhar voltado para o futuro, ele conquistou a confiança dos pernambucanos e o reconhecimento nacional.

Prova disso são os convites que recebe de Unidades da Federação. Cito dois exemplos. Foi o colégio escolhido para representar Pernambuco nas festividades do Sesquicentenário da Independência, em São Paulo. E foi convidado para a solenidade de hasteamento da Bandeira Nacional, aqui em Brasília.

É por essa razão, Sr. Presidente, que quero deixar registrada nos Anais desta Câmara Alta, a passagem dos 40 anos do Colégio Santa Maria.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Freitas Neto. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. FREITAS NETO** (PFL-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, temos procurado trazer para esta Casa do Congresso Nacional a discussão de problemas que afligem a vida do povo piauiense, já que aqui representamos os Estados brasileiros.

Um deles, por exemplo, é a situação das rodovias federais em nosso Estado; outro é o desemprego, do qual acaba de tratar o Senador Júlio Campos, com muita propriedade, referindo-se ao Estado que representa. No Piauí a situação é semelhante ou pior ainda.

Gostaríamos, por outro lado, de frisar o que é feito de positivo pelo nosso Estado e destacar, nesta tarde, as ações de dois Ministérios do Governo Federal que beneficiam basicamente o sul do Estado do Piauí, região de um potencial imenso, não só do Vale do Guruguá, que tem um dos maiores lençóis de água subterrânea do mundo, mas também dos cerrados piauienses que, sem dúvida, podem transformar aquela região em grande pólo produtor de grãos. Para isso, precisamos de investimentos federais, principalmente em infra-estrutura, rodovias, comunicações, suporte elétrico adequado para fomentar o desenvolvimento, etc.

Há poucos dias, com muita satisfação para nós, o Ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, visitou o Município de São João do Piauí, e assinou ordem de serviço, expedida pela Chesf, no sentido da implantação imediata de uma linha de transmissão de 230 kW, saindo da subestação da Chesf no Município de São João do Piauí, indo a Canto do Buriti e depois até Eliseu Martins. Essa linha possibilitará que a distribuidora estadual, Cepisa, possa resolver definitivamente o problema de suporte elétrico do sul do Piauí, dotando aquela região desse importante fator de desenvolvimento.

O Ministro Raimundo Brito está empregando nessa obra cerca de R\$18 milhões. S. Ex<sup>a</sup> fixou o prazo para sua conclusão: agosto do próximo ano. Esta obra atende a uma reivindicação da Bancada Federal do Estado do Piauí e também do Governo Estadual.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, resalto, também, a ação da nossa empresa de telecomunicações,

a Telepisa. Este ano a empresa está investindo no Piauí com recursos próprios, recursos gerados no Estado, cerca de 40 milhões de reais. Não houve transferência federal, no caso, da Telebrás para a Telepisa. No entanto, mediante um esforço da diretoria da empresa, bem dirigida pelo seu Presidente, ex-Deputado Federal, Jesus Tajra, isso foi possível. Dos R\$40 milhões, R\$30 milhões serão empregados na região sul do Piauí, onde ocorre a ampliação do sistema de transmissão para a implantação de DDD, DDI, telefones automáticos em cidades pequenas, que não contavam com este benefício. Dessa maneira, no final deste ano, todas as cidades do Piauí, inclusive aquelas distantes da Capital, vão contar com sistemas telefônicos automáticos.

Além disso, está ocorrendo a implantação de telefonia celular em importantes cidades do sul do Estado. Nesta semana, tive a oportunidade de participar, ao lado da diretoria da empresa, da inauguração da telefonia celular em várias cidades do sul do Piauí, como Corrente e São Raimundo Nonato. Isso também será feito em São João do Piauí, Bom Jesus, Oeiras, Urucui e outras.

Desse modo, gostaria de registrar que o Ministério de Minas e Energia e a Telepisa estão investindo no sul-piauiense 48 milhões de reais nestes dois importantes setores: energia e telecomunicações. Precisamos, agora, receber a atenção do Governo Federal em relação à recuperação das estradas federais.

Era o registro, Sr. Presidente, que gostaria de fazer nesta tarde

Muito Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Joel de Hollanda.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 945, DE 1996**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno, requeremos que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de 16 de outubro do corrente ano, seja destinado à comemoração dos cinquenta anos de instituição do Comitê de Imprensa do Senado Federal.

Sala das Sessões, 24 de setembro de 1996. –  
Senador Osmar Dias – Ney Suassuna – José Eduardo Dutra – Freitas Neto – Júlio Campos – Joel de Hollanda.



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO

ANO I - N.º 19

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 23 DE FEVEREIRO DE 1946

### Comissão de Polícia

Aos vinte dias do mês de fevereiro de 1946, sob a presidência do Sr. Mello Vianna, Presidente, e presentes todos os demais membros, Srs. Georgino Avelino, Lauro Lopes, Lauro Montenegro e Ruy Almeida, reuniu-se a Comissão de Polícia.

O Sr. Georgino Avelino, 1.º Secretário, informou que lhe fora presente um ofício comunicando a organização de um Comitê de Jornalistas, que será o órgão de ligação entre a Mesa da Assembleia Constituinte e os representantes da imprensa, que exercem a sua atividade no Palácio Tiradente. Indica as providências que tomou relativamente à entrada de alguns jornalistas no recinto. Essas providências foram aprovadas pela Comissão.

Relativamente ao pagamento do subsídio relativo ao mês em curso, a Comissão deu as necessárias instruções ao Diretor Geral da Secretaria da Assembleia, presente à reunião, para a confecção da folha.

Em seguida, a Comissão tomou conhecimento de um ofício do Sr. Carlos Luz, Ministro da Justiça, solicitando para que continuem trabalhando no Ministério citado alguns funcionários legislativos, na sua generalidade do Senado. A Comissão resolveu que fosse atendida a solicitação.

A Comissão resolveu promover, no quadro da Secretaria do Senado Federal: a contínuo, classe F, Francisco Lopes Arêas, ocupante do cargo de servente, classe E, na vaga aberta em virtude da promoção de Isidoro de Souza; a servente, classe E, o servente de classe D, Virgílio José da Silva, na vaga aberta pela promoção de Francisco Lopes Ostias; a servente, classe E, Marcelino José da Silva, servente da classe D; a servente, classe E, Alcides de Oliveira, servente da classe D. As promoções, informa o Sr. Presidente, recaíram em funcionários que estiveram servindo nas forças brasileiras enviadas ao estrangeiro.

Finalmente, resolveu a Comissão nomear para vagas de serventes, classe D, verificadas no quadro da mesma Secretaria do Senado Federal, Sylvio Manoel de Moraes, Mario Martins Neto, Paulo de Araujo Silva e Altemiro Cruz.

### ORADORES INSCRITOS

PARA O EXPEDIENTE DE 23 DE FEVEREIRO

Eduardo Duvivier,  
Raul Pila,  
Campos Vergal,  
Segadas Vianna,  
Batista Neto.

## ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

Caíres de Brito,  
Carlos Pinto,  
Paulo Sarasate.

### ORADORES INSCRITOS

PARA A ORDEM DO DIA 23 DE FEVEREIRO

Segadas Vianna,  
Olfredo Telles,  
José Bonifácio,  
Paulo Sarasate,  
Batista Neto,  
Claudino da Silva,  
Oswaldo Pacheco,  
Alcides Coutinho,  
Maurício Grabols,  
João Amazonas.

17.ª SESSÃO, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1946

Presidência dos Srs. Otávio Mangabeira, 1.º Vice-Presidente, Melo Viana, Presidente, e Lauro Lopes, 2.º secretário.

As 14 horas e 15 minutos, compareceram os Senhores:

### Partido Social Democrático

Acre:

Castelo Branco,  
Hugo Carneiro.

Amazonas:

Alvaro Maia,  
Valdemar Pedrosa,  
Leopoldo Peres.

Pará:

Magalhães Barata,  
Alvaro Adolfo,  
Lameira Bittencourt,  
Nelson Parifós,  
João Botelho.

Maranhão:

Pereira Júnior,  
Crepory Franco,  
Vitorino Freire.

Ceará:

Almeida Monte,  
Oswaldo Studart.

Rio Grande do Norte:

Georgino Avelino,  
José Varela,  
Valfredo Gurgel,  
Mota Neto.

Paraná:

Janduí Carneiro,  
José Joffil.

Pernambuco:

Novais Filho,  
Agamenon Magalhães.

Getúlio Malagueta,  
Costa Fôrto,  
Pessoa Guerra,

Alagoas:

Góis Monteiro,  
Teixeira de Vasconcelos,  
Silvestre Péricles,  
Medeiros Neto,  
Lauro Montenegro,  
José Melo,  
Farias Júnior,  
Afonso de Carvalho.

Sergipe:

Leite Neto,  
Gracho Cardoso.

Bahia:

Pinto Aleixo,  
Eunápio de Queiroz.

Espírito Santo:

Carlos Lindemberg,  
Eurico Sales,  
Vieira de Rezende.

Distrito Federal:

Jônas Correia,  
José Romero.

Rio de Janeiro:

Pereira Pinto,  
Alfredo Neves,  
Amaral Peixoto,  
Carlos Pinto,  
Heltor Collet,  
Bastos Tavares,  
Acúrcio Tôres.

Minas Gerais:

Levindo Coelho,  
Melo Viana,  
Rodrigues Seabra,  
Duque do Mesquita,  
Joaquim Libânio,  
José Alkmim,  
Augusto Viegas,  
Celso Machado,  
Olinto Fonseca,  
Lair Tostes,  
Alfredo Sá.

São Paulo:

Cirilo Júnior,  
Novell Júnior,  
Costa Neto,  
Ataliba Nogueira,  
João Abdala,  
Sampaio Vidal.

Góias:

João d'Abreu,  
Calado Godói,  
Galeno Paranhos.

Mato Grosso:

Ponce Arruda,  
Arruda Fialho,  
Martimiano Araújo.

Paraná:

Fernando Flores,  
Lauro Lopes,  
Aramis Alalde,  
Gomil Júnior.

Santa Catarina:

Nereu Ramos,  
Ivo d'Aquino,  
Aderbal Silva,  
Otacilio Costa,  
Orlando Brasil,  
Roberto Grossembach,  
Rogério Vieira,  
Hans Jordan.

Rio Grande do Sul:

Adroaldo Mesquita,  
Elói Rocha,  
Teodomiro Fonseca,  
Damaso Rocha,  
Daniel Faraco,  
Batista Luzardo,  
Antero Leivas,  
Manuel Duarte,  
Souza Costa,  
Olicério Alves,  
Nicolau Vergueiro,  
Luís Mércio,  
Pedro Vergara.

União Democrática Nacional

Amazonas:

Manuel Severiano.

Maranhão:

Alarico Pacheco,  
Antenor Bogéla.

Piauí:

Ermaraldo Freitas,  
Matias Olimpio,  
Antônio Correia,  
Coelho Rodrigues.

Ceará:

Pínlis Pompeu,  
Fernandes Távora,  
Paulo Sarasate,  
Fernandes Telles,  
Gentil Barreira.

Rio Grande do Norte:

José Augusto.

Paraná:

Vergniaud Wanderley,  
Ernani Sátiro,  
Pínlis Lemos.

Pernambuco:

Aide Sampaio,  
João Olefas.

Alagoas:

Freitas Cavalcanti.

Sergipe:

Leandro Maciel,  
Dantas Vieira.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – O requerimento lido será votado na próxima sessão deliberativa.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Joel de Holanda.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, DE 1996**

**Proíbe a comercialização de armas de brinquedo que disparem projéteis por pressão e das que imitem armas verdadeiras, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica vedada, em todo território brasileiro, a fabricação, a comercialização e a importação de armas de brinquedo que disparem projéteis mediante pressão e daquelas que imitem armas verdadeiras.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita os infratores às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de mil UFIR;
- c) suspensão das atividades por trinta dias;
- d) cancelamento do alvará ou da licença e encerramento das atividades do estabelecimento.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de cento e oitenta dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

**Justificação**

É por demais conhecido o risco que as armas de brinquedo representam.

A rigor, brinquedos de qualquer tipo, que possam incitar crianças e adolescentes à violência, deveriam ser evitados. Imagine-se, então, o perigo que representam aqueles modelos que reproduzem armas, se associarmos sua utilização às mensagens cotidianas de uma mídia que apresenta cenas de violência com a maior naturalidade e, até, com certo glamour.

Esses brinquedos tomam-se mais perigosos numa sociedade desestruturada, com elevados indicadores de pobreza e de desemprego, aos quais se acrescenta a descrença nas instituições em geral e, particularmente, na Justiça. Nesse ambiente, a simples posse de uma arma leva, freqüentemente, o cidadão a sentir-se poderoso, a ponto de ameaçar o seu semelhante por motivos fúteis.

No sentido inverso, assaltantes têm usado armas de brinquedo para praticarem seus delitos. Assim, tentam minimizar suas penas, caso sejam apanhados, alegando que não estavam armados. Além disso, essas réplicas são mais acessíveis a eles, em função do custo, muito menor do que o de uma arma verdadeira.

Quanto aos brinquedos que disparam projéteis de alto poder de pressão, utilizados, muitas vezes, para ferir ou matar pequenos pássaros, representam considerável risco de acidentes quando manipulados sem o menor cuidado.

Frise-se, ainda que tais armas de brinquedo contribuem para influenciar negativamente crianças ou adolescentes, despertando neles instintos de violência.

Ante o exposto, considerando-se o benefício social que advirá com esta medida, conclamamos os ilustres Pares a aprovarem o presente projeto, consciente de que a tal medida outras se somarão, na nossa luta contínua para reduzir a escalada da violência entre as gerações mais novas.

Sala das Sessões, 24 de setembro de 1996.  
Senador **Júlio Campos** – PFL-MT.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – O projeto será publicado e remetido à comissão competente.

Não há mais oradores inscritos.

Comunico ao Plenário que os Srs. Senadores Valmir Campelo e Gilberto Miranda enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. VALMIR CAMPELO** (PTB-DF) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a "guerra" do trânsito continua fazendo vítimas, ceifando vidas e provocando dor à família brasiliense.

A cidade satélite de Taguatinga encontra-se de luto, em virtude da tragédia que se abateu sobre uma de suas mais tradicionais famílias.

Retomando de uma pequena viagem, pela rodovia BR 060, o comerciante João Antônio Nugoli, acompanhado da esposa e de seus dois filhos, teve seu automóvel atropelado por uma carreta nas proximidades de Samambala.

O resultado não poderia ser mais trágico: João Antônio morreu no local do desastre; Ana Carolina, a filha de 13 anos de idade, morreu a caminho do hospital; a esposa Laura e o filho João, de 16 anos, encontram-se hospitalizados.



João Antônio Nugoli era um homem respeitado e admirado em sua cidade. Teve papel relevante no processo de consolidação e desenvolvimento de Taguatinga, onde participava ativamente da vida comunitária, como sócio da Associação Comercial Industrial de Taguatinga e Rotary Clube Brasília Taguatinga.

A violência do desastre, que resultou na morte de sua filha e na sua própria chocou a comunidade, que perde um de seus líderes mais atuantes.

Quero consignar, Sr. Presidente, nos Anais desta Casa o falecimento desse admirado líder comunitário, pessoa de elevados princípios, amigo fiel e participativo, que deixa uma biografia rica de realizações em favor da cidade que soube, como poucos, servir.

O exemplo deixado por João não será esquecido. A cidade de Taguatinga, que ele tanto amou, saberá honrar sua memória e nós, os seus amigos, não deixaremos de lutar pelos ideais que sempre defendemos juntos.

Que esse pioneiro e benfeitor de nossa querida Taguatinga descanse em paz.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB-AM)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há pouco tempo, recebi do MEC resposta a meu Requerimento de Informações, de número 564/96, relativo a um grandioso projeto de informatização, que pretende distribuir mais de 300 mil microcomputadores para 23 mil escolas públicas brasileiras a um custo total estimado em meio bilhão de dólares.

Gostaria de compartilhar com os ilustres pares os resultados de minhas indagações; a fim de que, juntos, discutamos os caminhos práticos trilhados pelo governo federal na área da Educação. Discussão tanto mais oportuna e importante quanto as manifestações das autoridades do Executivo -- especialmente o Presidente da República, professor Fernando Henrique Cardoso, e o Ministro e ex-Reitor da Unicamp, professor Paulo Renato -- vêm procurando convencer a opinião pública de que seria justamente a Educação a grande prioridade nacional.

Quero deixar claro que nenhum brasileiro dotado de um mínimo de esclarecimento e espírito público, poderia discordar do acerto e da justeza dessa prioridade. O que passo a questionar agora, à luz das respostas ao meu requerimento, é a maneira escolhida pelo governo para defini-la e executá-la. Deixemos que as respostas falem por si.

Solicitei, primeiramente, cópia integral do plano de informatização das escolas públicas, encarecendo ao MEC que indicasse número e localização dos

estabelecimentos, bem como tamanho do universo de professores e alunos a serem atendidos; além da quantidade exata dos computadores, aplicativos e periféricos a serem distribuídos. Resposta: o plano de informatização encontra-se ainda em fase de elaboração.

Requeri, em seguida, cópia integral do competente edital de licitação para a compra desses equipamentos. Resposta: o edital de licitação ainda está sendo preparado pelos setores competentes do MEC.

Em terceiro lugar, pedi uma estimativa dos custos de instalação e manutenção desses computadores, periféricos e aplicativos. Resposta: "Ainda estão sendo realizados estudos para estabelecer estimativas de custos de instalação e manutenção" desses hardwares e softwares.

A seguir, indaguei do obviamente indispensável programa de treinamento a ser ministrado àquele universo, por enquanto indefinido, de professores e alunos, bem como do custo previsto desse esforço de qualificação. Resposta: "O plano de treinamento a ser ministrado a professores e alunos está na fase de estruturação".

Em quinto lugar, requeri cópia integral do edital de licitação referente às ações de publicidade e propaganda voltadas a divulgar esses programas nos segmentos da mídia paga. Resposta: "O projeto de publicidade ainda não existe, já que o plano está em fase de elaboração".

Minhas solicitações de números "6" (cópia integral do edital de licitação referente a essas ações de publicidade e propaganda) e "7" (estimativas de custo dessas ações) receberam a mesma resposta dada ao quinto quesito, o que, na verdade, serviu para me tranquilizar parcialmente já que a triste tradição da administração pública brasileira em todos esses anos tem sido a de substituir formulações consistentes de política de governo por **briefings** de campanhas publicitárias. Triste sinal de um tempo obcecado pelos efeitos especiais do marketing, em que a forma subjuga o conteúdo.

A despeito desta pequena ressalva, forçoso é reconhecer que o plano de informatização escolar tem freqüentado insistentemente os pronunciamentos oficiais e as entrevistas das autoridades educacionais à imprensa. Foi isso, aliás que me estimulou a encarninhar o requerimento, em busca de detalhes que, infelizmente agora sabemos, o próprio **brai** trust do MEC ignora. Pelo visto, o grande centro de excelência e produtividade do Ministério é a sua Assessoria de Comunicação Social, capaz de noticiar fatos antes mesmo destes se materializarem...

Há pouco mais de um mês, nosso nobre colega Senador Edison Lobão ocupou esta tribuna, com brilho, o rigor e a percuclência de sempre, para discutir esse mesmo programa. Pois bem, respaldado na experiência de quem governou um grande estado, o Maranhão, e apoiado nos números e nas análises do último Relatório Anual sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, que o Ipea prepara desde 1990 para as Nações Unidas, questionou o ilustre senador essa opção preferencial pela informatização. Afinal, metade das escolas brasileiras não tem luz elétrica. Um quarto delas não possui mesa para professora. Em 11% das escolas públicas do Nordeste rural, os alunos sentam-se no chão por falta de cadeiras ou carteiras.

Nosso colega maranhense, lembrou ainda que 27% dos estabelecimentos brasileiros de ensino público não têm água corrente, nem mesmo poço ou nascente. Ressaltou que 48% dessas escolas estão no Nordeste. Metade delas não tem banheiro dentro do prédio.

Neste ponto, não posso deixar de fazer minhas as palavras do Senador Lobão. "Como", perguntava ele, "poderão essas escolas tirar proveito dos computadores que o governo federal pretende enviar-lhes?" E prosseguia: "antes de lançar as escolas públicas brasileiras na cibemética, o Brasil deveria primeiro organizá-las, oferecer bons professores" (o que, entendo eu, equivale a dizer mestres bem treinados, motivados e condignamente remunerados) "e supri-las de infra-estrutura". Para concluir, ponderava Lobão: "Ao invés de o governo idealizar a distribuição de computadores, mas conveniente seria a criação de centros de Informática nas cidades de médio e grande porte, a fim de atender aos alunos carentes. Tais centros receberiam também os alunos das cidades vizinhas, cabendo aos poderes públicos criar bolsas de estudo com esse objetivo."

Sr. Presidente, minha longa experiência empresarial na área de informática e automação dá-me sólidos elementos de convicção para afirmar que os custos da alternativa proposta pelo Senador Edison Lobão seriam bem menos elevados e seus resultados significativamente mais benéficos do que a pulverização de recursos computacionais ora preconizada pelo MEC.

Quero finalizar destacando que tanto o requerimento que encaminhei ao MEC quanto o ceme da argumentação de nosso colega baseiam-se em constatações simples, objetivas e cristalinas, no espírito da velha sabedoria caipira que desaconselha colocar a carroça à frente dos bois. Infelizmente, parece que nada disso anda sendo levado na devida conta pelo reluzente escalão de PhD's e pós-douto-

res responsáveis pela formulação da política educacional e de outras políticas setoriais do governo.

Só não me espanto mais porque do fundo da memória me chega a irônica e certeira advertência do eterno Nelson Rodrigues: as pessoas costumam enxergar de tudo, há mesmo aquelas que demonstram uma promíscua familiaridade com o Sobrenatural de Almeida. Agora, difícil mesmo é encontrar quem perceba o óbvio em sua ululante simplicidade. A essa minoria de desmancha-prazeres, de fanáticos da razão, o vulgo pespega o impiedoso epíteto de idiotas da objetividade...

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 16h02min.)*

#### APOSTILA

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, resolve **apostilar** o fundamento legal da aposentadoria de JORGE MARCHENA DE SOUZA, matrícula 0774, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal, para excluir a vantagem do art. 193 da Lei nº 8.112, de 1990, e incluir as vantagens da Resolução do Senado Federal nº 74/94, combinada com o Ato do Diretor-Geral nº 148/94.

Senado Federal, 24 de setembro de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral do Senado Federal.

#### ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.124, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve designar os servidores JÚLIO WERNER PEDROSA, matrícula nº 1789/Cegraf, FRANKLIN MACIEL TORRES, matrícula nº 0249/Cegraf, TÂNIA TOLEDO TENÓRIO, matrícula nº 3617, LUÍS IGNÁCIO MORENO FERNANDEZ, matrícula nº 2072/Cegraf, JOSÉ AUGUSTO COELHO DA SILVEIRA, matrícula nº 1555, ALAN SILVA, matrícula nº 3506, EDWARD CATIETE PINHEIRO FILHO, matrícula 063/Prodasen, PAULA GONÇALVES CALHAU, servidora requisitada do MEC e LAÍS SCUOTTO, servidora requisitada dos Correios e Telégrafos, para sob a presidência do primeiro, organizar e coordenar a execução dos trabalhos referentes ao *"Projeto História do Senado Federal"*.

Brasília, 24 de setembro de 1996. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral do Senado Federal.

**MESA****Presidente**

José Sarney - PMDB - AP

**1º Vice-Presidente**

Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

**2º Vice-Presidente**

Júlio Campos - PFL - MT

**1º Secretário**

Odacir Soares - PFL - RO

**2º Secretário**

Renan Calheiros - PMDB - AL

**3º Secretário**

Levy Dias - PPB - MS

**4º Secretário**

Emandes Amorim - PMDB - RO

**Suplentes de Secretário**

Antônio Carlos Valadares - PSB - SE

Eduardo Suplicy - PT - SP

Ney Suassuna - PMDB - PB

Emília Fernandes - PTB - RS

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR****Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma - PSL - SP

**Corregedores - Substitutos**

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º Senador Joel de Holanda - PFL - PE

3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior - PMDB - AC

Waldeck Omelas - PFL - BA

Emília Fernandes - PTB - RS

José Ignácio Ferreira - PSDB - ES

Lauro Campos - PT - DF

**LIDERANÇA DO GOVERNO****Líder**

Elcio Alvares - PFL - ES

**Vice-Líderes**

José Roberto Arruda - PSDB - DF

Vilson Kleinübing - PFL - SC

Ramez Tebet - PMDB - MS

**LIDERANÇA DO PMDB****Líder**

Jáder Barbalho

**Vice-Líderes**

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Glávam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

**LIDERANÇA DO PFL****Líder**

Hugo Napoleão

**Vice-Líderes**

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

**LIDERANÇA DO PSDB****Líder**

Sérgio Machado

**Vice-Líderes**

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

**LIDERANÇA DO PPB****Líder**

Eptácio Cafeteira

**Vice-Líder**

Esperidião Amin

**LIDERANÇA DO PT****Líder**

José Eduardo Dutra

**Vice-Líder**

Benedita da Silva

**LIDERANÇA DO PTB****Líder**

Valmir Campelo

**Vice-Líder****LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Júlia Marise

**Vice-Líder**

Sebastião Rocha

**LIDERANÇA DO PSB****Líder**

Ademir Andrade

**LIDERANÇA DO PPS****Líder**

Roberto Freire

**LIDERANÇA DO PSL****Líder**

Romeu Tuma

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Eleito em 19.4.95)

**Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC**

**Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE**

(Eleitos em 28.2.96)

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PMDB</b>	
1. Casildo Maldaner		1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet		2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
	<b>PFL</b>	
1. Elcio Álvares		1. José Agripino
2. Francelino Pereira		2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas		3. Vilson Kleinöbing
4. José Alves		4. José Bianco
	<b>PSDB</b>	
1. Lúcio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. (vago)		2. José Ignácio Ferreira
	<b>PPB (ex-PPR + ex-PP)</b>	
1. Epitácio Cafeteira		1. Lucídio Portella
2. Osmar Dias (PSDB)		2. Antônio Carlos Valadares (PSB)
	<b>PTB</b>	
1. Emília Fernandes		1. Arlindo Porto
	<b>PT</b>	
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
	<b>PDT</b>	
1. Darcy Ribeiro		1. Sebastião Rocha

**Membro Nato**

**Romeu Tuma (Corregedor)**

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA LEGISLATIVA

**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO  
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO  
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)  
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)  
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)  
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)  
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

**SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS**

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ  
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)  
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)  
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)  
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

**SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO  
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)  
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)  
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)  
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)  
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)  
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)  
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA \*1  
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6- HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
PEDRO PIVA *1	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JUNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

\*1 - o titular da cadeira - Sen. JOSÉ SERRA - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344



**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS  
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON  
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ  
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359  
FAX: 311-3652

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA  
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFÉSON PERES	AM-2061/67	3-PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
PSE			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA     *1	SP-2051/57		

\*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541  
FAX: 311- 4315

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
**PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES**  
**(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)**

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

\*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276  
 FAX: 311-3121

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES  
(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS  
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU  
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO  
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254  
FAX: 311-1060

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PEDRO PIVA	SP-2351/2353	4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIAO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE  
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)  
FAX: 311-3286

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

\*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367  
FAX: 311-3546



**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL  
(SEÇÃO BRASILEIRA)**

(Designada em 25-4-95)

**Presidente:** Deputado **PAULO BORNHAUSEN**

**Vice-Presidente:** Senador **CASILDO MALDANER**

**Secretário-Geral:** Senador **LÚDIO COELHO**

**Secretário-Geral Adjunto:** Deputado **ROGÉRIO SILVA**

**SENADORES**

Titulares		Suplentes
	<b>PMDB</b>	
José Fogaça		Mariuce Pinto <sup>1</sup>
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	<b>PFL</b>	
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	<b>PSDB</b>	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	<b>PPB</b>	
Peridônio Arina		
	<b>PTB</b>	
Emília Fernandes		

Ormar Dias<sup>2</sup>

**PP**

**PT**

Benedita da Silva  
Eduardo Suplicy  
Lauro Campos

**DEPUTADOS**

Titulares		Suplentes
	<b>Bloco Parlamentar PFL/PTB</b>	
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	<b>PMDB</b>	
Paulo Ritzel		Elías Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	<b>PSDB</b>	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	<b>PPB</b>	
Fetter Júnior <sup>3</sup> <sup>4</sup>		João Pizzolatti
	<b>PP</b>	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	<b>PT</b>	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

<sup>1</sup> Pedro Simon substituído por Mariuce Pinto, em 2-10-95.

<sup>2</sup> Filiado ao PSDB em 22-6-95.

<sup>3</sup> Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

<sup>4</sup> Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

### **REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL (R\$ 10,00)**

Edição especial de 1995.

Resolução nº 93, de 1970. Texto consolidado; com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 51, 58 e 63, de 1989, e 1, 9, 17 e 52, de 1990.

### **REGIMENTO COMUM (CONGRESSO NACIONAL) (R\$ 5,00)**

Edição de 1995.

Resolução nº 1/70 CN com alterações posteriores.

### **REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nºs 1, 10, 12, 17, 22, 82 A 84, 88 A 108, 110 A 127. (R\$ 12,50 o volume)**

Publicação trimestral de artigos jurídicos e técnico-legislativos com circulação ininterrupta desde 1964.

### **SENADO & CONGRESSO (R\$ 5,00)**

Edição de 1995.

Proposições Legislativas, Tramitação, 1995.

## **Outros títulos**

### **ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO (R\$ 5,00 o volume)**

*1º Volume:* Defesa da concorrência no Mercosul – Professor Werter Faria; *2º Volume:* A Defesa contra as práticas desleais na Europa – Um exemplo a seguir? – Professor Werter Faria; *3º Volume:* O regime comum de origem no Mercosul; *4º Volume:* ZPEs brasileiras – A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul; *5º Volume:* Disciplina da concorrência de controle das concentrações de empresas no Mercosul; *6º Volume:* Os efeitos do artigo 98 do Código Tributário Nacional e o Processo de Integração do Mercosul; *7º Volume:* O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente – sua necessidade num mercado comum; *8º Volume:* Harmonização Legislativa no Mercosul.

### **LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO CORRELATA (R\$ 10,00)**

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Código Penal e Código de Processo Penal. Lei das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e sobre Crimes Hediondos. Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

### **OBRA SOCIAL E POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI (R\$ 25,00)**

Edição de 1994. 4 volumes.

### **LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA (R\$ 12,00)**

10ª edição atualizada, 1994.

Código Eleitoral. Lei de Inelegibilidade. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Eleições de 1994. Legislação correlata. Calendário eleitoral.

---

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III, CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**

**REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**

**nº 128 - abril/junho - 1995**

**Leia neste número:**

Uma visão crítica do Direito - André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução - Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes - Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? -

José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais - Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais - Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade - Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravo de instrumento - Demócrito

Ramos Reinaldo

Consulta e parecer - René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas - Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei - Gilmar Ferreira

Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria

orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) - Robison Gonçalves de Castro

Requisitos par Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas - Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de

1980 - Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul - José Matias Pereira

Ônus sucumbenciais. Situações controvertidas. - Élio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) - Ivo Dantas

Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n, da Constituição Federal - Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald - Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal como tecnologia social (Notas sobre las contradicciones del sistem penal) - Juan Marcos

Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira - Fernando Braga

O direito eleitoral português - Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos - Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha - Maria Elizabeth Guima-

rães Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição - Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo - Heleno Taveira

Torres

A legitimação do Parlamento para função fiscal - Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão - Tânia Mara Botelho

Agamennon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político - Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência compreensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar -

Miracy Barbosa de Sousa Gustin

**ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**

**Números 125 a 128; R\$ 50,00**

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome: .....

Endereço: .....

Cidade: ..... UF: ..... Telefone: ..... Fax: ..... Telex: .....

Data: ..... Assinatura: .....

## Novas publicações

### CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

### CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

### CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)

Tradução para o francês de Jacques Villenain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores do Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

### ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

### GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

### LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

### LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

### RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

### REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

#### Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III, CEP 70165-900, Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

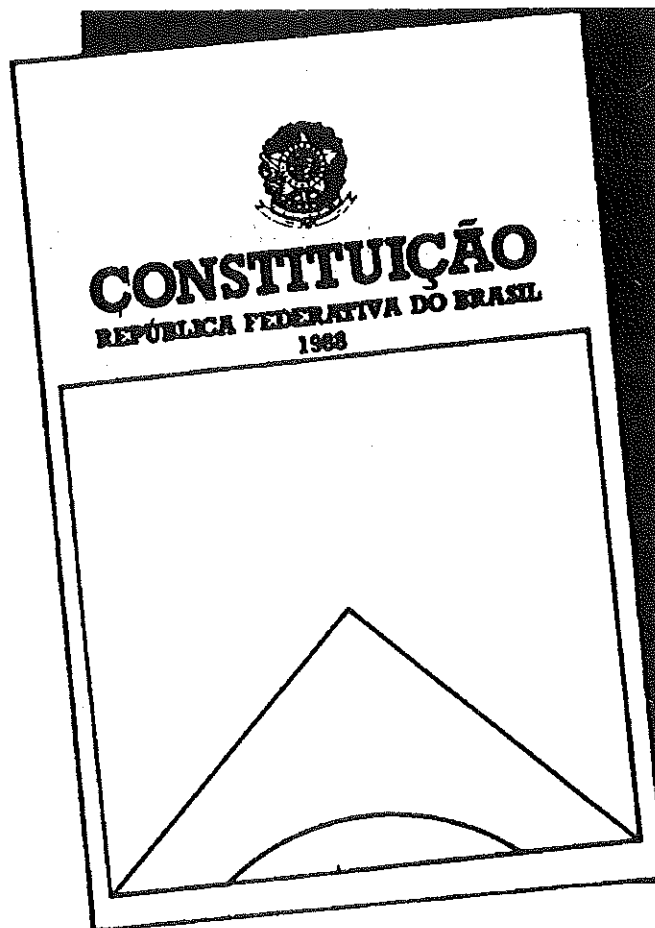
**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**

**COMPACT DISK  
CD-ROM**

- Normas jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT - Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional - SICON, do Prodasen.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
  - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
  - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
  - Diário do Congresso I - Câmara (a partir de 1888)
  - Diário do Congresso II - Senado (a partir de 1888)
  - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

**Valor unitário: R\$ 65,00  
Despesas postais: R\$ 5,00**

**Subsecretaria de Edições Técnicas  
do Senado Federal**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS  
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS  
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

---

**Os pedidos à**

**Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal**

**Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF**

**Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589**

**Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357**

**Central de venda direta ao usuário:**

**Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à  
esquerda)**

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

## PREÇO DE ASSINATURA

### SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio .....	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF  
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.





EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS